

- LXXXIX -

ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Rubens Luiz Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
rubensluizrodrigues65@gmail.com

Introdução do problema

Esse texto pretende desenvolver uma análise crítica acerca dos processos de dominação presentes na educação escolar no contexto da reestruturação produtiva do Capital. Como destaca Paro (1986), a educação escolar se configura como atividade intencional que pode, frente aos desafios e potencialidades sociais, contribuir para conservar ou para superar os processos de dominação do Capital. Conhecer os processos administrativos do ponto de vista do desenvolvimento histórico do Capital torna-se central para a identificação não apenas das contradições da dominação, mas, sobretudo, para a viabilização da transformação social e da emancipação humana.

Destaca-se a discussão sobre o modelo gerencial da administração da educação escolar, caracterizando a descentralização, a participação, a aprendizagem e a qualidade como eixos que materializam as exigências técnico-operativas e os valores ideopolíticos na formação dos sujeitos de acordo com os interesses de conservação das relações sociais. Esses eixos se contrapõem aos processos de democratização voltados para os interesses dos trabalhadores.

Desenvolvimento

Diante da necessidade de manter a competitividade dos países frente ao acirramento da concorrência intercapitalista, Frigotto (2002) destaca que os chamados *homens de negócios* assessorados pelos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional do Trabalho, dentre outros) passaram a pressionar os governos em âmbito local, regional e nacional em busca de instituir um novo padrão de acumulação e conduzir a novas formas concretas de integração à reorganização da economia mundial. Pode-se dizer que uma expressão significativa dessa incorporação foi a consolidação da estrutura e do funcionamento da administração da educação escolar pautado na ideia do gerencialismo.

Com base em autores como Oliveira (2009), pode-se caracterizar o gerencialismo como um processo de organização da educação escolar centrado na cultura competitiva empresarial. Era preciso substituir a rigorosa estrutura instituída pelo planejamento estatal por critérios mais afinados com as necessidades da sociedade capitalista.

Nogueira (2004) considera que o gerencialismo pretende controlar a qualidade dos serviços públicos, atribuir maior liberdade às instituições através da descentralização e flexibilizar procedimentos tornando-os mais competitivos, ágeis e abertos à participação dos cidadãos. A preocupação com a eficácia e a eficiência em torno de maior produtividade disseminou-se pelas instituições, deslocando a perspectiva de desenvolvimento de objetivos sociais voltados para a promoção igualitária dos direitos e da justiça para a ideia de prestação de um serviço em concorrência com outras instituições afins, demonstrando sua capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças impostas pela sociabilidade capitalista. Pode-se considerar a partir das análises de Montaña (2002) que a administração gerencial consolida a perspectiva neoliberal da Reforma do Estado, contribuindo para a instauração do conceito de público não-estatal, que adéqua as instituições aos preceitos do mercado ou da sociedade civil entendida como terceiro setor.

Frente a consolidação do gerencialismo, eixos do processo de gestão da educação escolar básica como a descentralização, a participação, a aprendizagem e a qualidade foram assumindo, gradativamente, a perspectiva ideopolítica orientada pela Reforma do Estado ocorrida na sociedade brasileira desde os anos de 1990. Passamos, então, a caracterização dos eixos destacados acima, considerando a consolidação do gerencialismo na educação escolar básica brasileira a partir da hegemonia neoliberal.

Dentre as propostas, políticas e ações que introduziram mudanças significativas na educação escolar na última década do século XX, a perspectiva da descentralização adquiriu contornos expressivos, fundamentados na crítica ao Estado centralizador e na ideia do mercado como regulador da vida social. Como salienta Oliveira (1999), o conceito de descentralização definiu-se como a transferência de responsabilidades no âmbito da educação para os níveis inferiores do sistema de ensino, diminuindo a intervenção do governo central na estrutura burocrático-administrativa regular e operando um efeito desagregador sobre o sistema educacional. A descentralização foi acompanhada de um processo de concentração do poder de decisões estatais, que reduzia a autonomia, especialmente das escolas públicas na definição das necessidades e interesses educacionais da população majoritária da sociedade.

Ao lado da descentralização caminha a participação. Embora estivesse sempre presente nas discussões sobre democratização da escola, a participação vem sendo entendida mais como um recurso de auxílio à administração, para utilizar uma expressão de Paro (2001), do que como estratégia de partilha do poder com a população diretamente interessada na melhoria da qualidade do

ensino, reforçando-se a perspectiva de que especialmente as escolas públicas constituem-se em espaços da colaboração dos sujeitos na execução das políticas, propostas e ações anteriormente definidas pelos órgãos superiores do sistema de ensino.

No que se refere à aprendizagem, as exigências de aquisição de habilidades e competências que permitissem aos sujeitos adaptarem-se às transformações científico-tecnológicas provocadas pela reestruturação produtiva orientaram os fundamentos que passaram a marcar a escola como instituição que assegura a coesão social, alivia as tensões provocadas pelas desigualdades e promove as expectativas demandadas de inclusão social. Fundamentadas no relatório de Jacques Dellors (1996) para a UNESCO, "Educação: um tesouro a descobrir", essas habilidades e competências sintetizam os quatro pilares da aprendizagem - aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a conviver com os outros; aprender a ser -, marcando os programas e ações dos sistemas de ensino e unidades escolares por meio de um processo educativo que almeja a eficácia escolar, focaliza o controle de desempenho docente e discente e implanta mecanismos de privatização do ensino.

Por fim, frente aos padrões de produtividade, competitividade e seletividade, a perspectiva gerencial na educação escolar assimilou o conceito de qualidade total originário da administração de empresas. Como destacam Gentili e Silva (1994), sua característica central é a de fazer mais com menos, isto é, garantir ao máximo os resultados esperados em termos da melhoria dos índices educacionais, com investimentos mínimos em termos de racionalização e de coordenação do trabalho empreendido por educadores (as) e educandos (as) na educação escolar.

Conclusão

A democratização da educação escolar só pode ser plenamente alcançada com a constituição de uma sociedade igualitária e democrática. Isso implica a participação popular nas decisões educacionais, superando a lógica produtivista, competitiva, seletiva de mercado egressa da administração de empresas. Na medida em que a administração da educação escolar se articula com os interesses da classe trabalhadora é possível que os eixos da descentralização, da participação, da aprendizagem e da qualidade adquiram um sentido democrático. Caso contrário, a tendência é a conservação das relações sociais de dominação.

Referências Bibliográficas

DELLORS, J et alli. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; CLASCO, 2002.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula**: rupturas e permanências. RBPAE, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: uma introdução crítica. SP, Cortez: Autores Associados, 1986.

_____ **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2001.